

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

**NOVO TERMO DE REFERÊNCIA – TR – APÓS ANÁLISE DO CONTROLE
INTERNO E COTAÇÃO DE PREÇOS EFETUADA PELO DEPARTAMENTO
DE COMPRAS E SUPRIMENTOS.**

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE.

1.1. Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos - S.M.T.S.P., localizada na Rua Umbelina Almeida Simões s/n, Porto da Roça – Saquarema – CEP 28.990-000, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21.

2. DO OBJETO.

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos de Classes IIA e IIB do Município de Saquarema para a limpeza e organização de toda a cidade.

2.2. Classificação dos Resíduos:

2.2.1. Para os efeitos da Norma ABNT NBR 10004 de 2004, os resíduos da presente contratação são classificados em:

a) Resíduos Classe II – Não perigosos, são aqueles que não apresentam risco significativo à saúde pública ou ao meio ambiente, desde que manejados e dispostos corretamente.

2.2.2 Essa classe se divide em duas subclasses, conforme o comportamento físico-químico do resíduo:

I – Resíduos Classe IIA – Não Inertes.

Compreendem materiais que não apresentam características de periculosidade, mas possuem propriedades como biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, podendo gerar contaminação do solo, da água ou da atmosfera se manejados de forma inadequada.

Exemplos: Lamas de sistemas de tratamento de água, limalhas metálicas, fibras de vidro, resíduos de varrição urbana, gesso, poliuretano (presente em espumas, adesivos, preservativos,

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

vedações, carpetes, tintas, dentre outros), equipamentos de Proteção Individual, desde que não contaminado (inclui uniformes e botas de borracha, prensas, vidros e outros), discos de corte, dentre outros.

OBS*: Os serviços relativos aos Materiais Orgânicos Alimentícios já são abrangidos e executados no âmbito do Contrato nº 227/2023, resultante da Concorrência Pública nº 015/2023, conforme Processo Administrativo nº 17.142/2021.

II – Resíduos Classe IIB – Inertes.

São resíduos que não apresentam solubilidade ou reatividade significativa, não liberam substâncias que comprometam a potabilidade da água (exceto por alteração de cor, turbidez ou sabor) e não possuem características de periculosidade.

Exemplos: Entulhos de demolição, pedras, areia, metais (ferro, aço, alumínio), madeira, borrachas, embalagens metálicas, dentre outros.

2.3. Rejeitos Verdes.

2.3.1. Também chamados de resíduos verdes ou lixo verde, são os resíduos de origem vegetal resultantes, principalmente, de atividades de manutenção urbana, paisagismo e manejo de áreas verdes.

2.3.2. São materiais biodegradáveis, predominantemente orgânicos, compostos por partes vegetais naturais, sem contaminação química ou biológica perigosa, gerados de forma contínua em serviços públicos e privados, originário da poda ou corte (remoção) de árvores e plantas. Portanto, podemos dizer, em outras palavras, que são resíduos de arborização urbana.

Exemplos: Galhos e cascas de árvores, troncos, gramas, folhas verdes ou secas, flores e outros materiais orgânicos de origem vegetal, dentre outros.

3. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS.

3.1. O objeto da presente contratação configura-se como **serviço comum de natureza continuada**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme estipulado no art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

3.2. O objeto em questão deverá ser entregue a esta municipalidade de **forma parcelada** conforme a demanda, de acordo com as solicitações efetuadas pela Secretaria de Transporte.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar – ETP que antecedeu o presente Termo de Referência – TR, a contratação em tela justifica-se pela necessidade contínua e essencial de coleta, transbordo e destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos classificados como Classe IIA e Classe IIB, gerados no âmbito do Município de Saquarema, de modo a assegurar a limpeza urbana, a organização dos espaços públicos e a preservação do meio ambiente.

4.2. Os rejeitos verdes urbanos são aqueles oriundos das atividades de poda, corte e remoção de árvores e plantas, compreendendo resíduos de arborização urbana, tais como galhos, troncos, cascas de árvores, gramas, folhas verdes ou secas, flores e demais materiais orgânicos de origem vegetal. Trata-se de resíduos gerados de forma recorrente pelas ações de manutenção de áreas verdes, vias públicas, praças, jardins e demais logradouros do Município, cuja destinação inadequada pode acarretar risco ambiental, sanitário e paisagístico, além de comprometer a mobilidade urbana e a segurança da população.

4.3. Quanto aos resíduos sólidos das Classes IIA (não Inertes) e IIB (Inertes), conforme classificação estabelecida pela NBR 10004/2004 da ABNT, incluem-se materiais que, embora não sejam classificados como perigosos, demandam manuseio, transporte e destinação final adequados, em conformidade com os padrões técnicos e ambientais vigentes, a fim de evitar impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública.

4.4. No que se refere aos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB, a classificação é estabelecida pela ABNT NBR 10.004/2004.

4.5. Diante do volume gerado, da diversidade dos resíduos e da necessidade de atendimento contínuo e regular, a Administração Municipal necessita de serviço especializado, dotado de infraestrutura, equipamentos apropriados, licenças ambientais e capacidade técnica para realizar, de forma eficiente e segura, a coleta, o transbordo e a destinação final ambientalmente adequada desses resíduos.

4.6. A contratação tem por objetivos principais:

- I.** Assegurar a coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB do Município de Saquarema, em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis;

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

- II.** Promover a proteção ao meio ambiente, prevenindo a disposição irregular de resíduos, a degradação ambiental e potenciais danos aos recursos naturais;
- III.** Garantir o atendimento às demandas operacionais da Municipalidade, bem como às exigências dos órgãos de controle e de fiscalização ambiental, assegurando a regularidade dos serviços e a observância da legislação vigente.

4.7. Dessa forma, a contratação mostra-se imprescindível para a manutenção da limpeza urbana, da salubridade pública e da organização da cidade, contribuindo diretamente para a qualidade de vida da população de Saquarema e para o cumprimento das responsabilidades ambientais atribuídas ao Município e em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.026/2020 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

5. DA PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL.

5.1. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA conforme Documento de Formalização de Demanda que se encontra em anexo, na forma do art. 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/2021. Vide fls. 04 a 13.

5.2 A previsão consta no PCA 2026, que se encontra em fase final de elaboração e posterior publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6. DOS REQUISITOS LEGAIS DA SOLUÇÃO.

6.1. A solução deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:

6.1.1. A Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

6.1.2. A Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

6.1.3. O Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

6.1.4. O Decreto Municipal nº 2.741/2024, dispõe sobre a tramitação dos processos para realização de procedimento licitatório destinado a contratação de bens, serviços e obras e estabelece procedimentos e requisitos para contratação através de licitação e dispensa de licitação na forma eletrônica;

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

6.1.5. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

6.1.6. Os normativos federais que versem sobre o presente objeto, bem como as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); e

6.1.7. Na Lei Federal nº 14.026/2020 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

7.1. Os serviços constantes neste Termo de Referência deverão ser realizados no Município de Saquarema, compreendendo a coleta, o transbordo e a destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB, devendo o transbordo ocorrer em unidade específica localizada no município de Saquarema e devidamente licenciada para essa finalidade, com todas as licenças ambientais de operação vigentes, expedidas pelo órgão ambiental competente, correndo por conta da Contratada todos os tributos e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento dos serviços e das exigências previstas na legislação aplicável, inclusive aquelas relativas às normas profissionais específicas e aos encargos trabalhistas.

7.2. A restrição geográfica estabelecida, exigindo que a execução do transbordo seja realizada no Município de Saquarema, encontra respaldo técnico e jurídico diante da natureza essencial, contínua e local da atividade a ser Contratada, bem como dos potenciais impactos ambientais, operacionais e de saúde pública decorrentes da inexecução ou de soluções logísticas impróprias.

7.3. Trata-se de serviços que exigem resposta contínua, pronta mobilização e proximidade operacional no que se refere às atividades de transbordo, uma vez que a distância entre os locais de geração dos resíduos e as unidades de transbordo impacta diretamente os custos logísticos, bem como os riscos associados ao transporte inicial, tais como derramamentos, odores e proliferação de vetores de risco sanitário. Ademais, a proximidade da unidade de transbordo viabiliza e fortalece a atuação da fiscalização municipal, permitindo o acompanhamento permanente das operações, a verificação do cumprimento das condicionantes ambientais e contratuais, o controle quantitativo dos resíduos movimentados e a pronta adoção de medidas corretivas, contribuindo para a eficiência da limpeza urbana, atividade afeta à responsabilidade direta do Município.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

7.4. A restrição geográfica, quando justificada e proporcional ao objeto específico, é admitida como medida para assegurar a adequada execução contratual e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e vinculação ao instrumento convocatório, previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência dos Tribunais de Contas:

“A LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA PODE SER ESTIPULADA, DE FORMA EXCEPCIONAL, EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO DO VENCEDOR DA LICITAÇÃO, SEJA DEPÓSITO, OFICINA, FILIAL, ESCRITÓRIO, REPRESENTAÇÃO ETC., COMO CONDIÇÃO CONTRATUAL, QUANDO INDISPENSÁVEL À EXECUÇÃO SATISFATÓRIA DO CONTRATO, DEVENDO SER JUSTIFICADA NA FASE INTERNA DO PROCEDIMENTO COM BASE NAS PARTICULARIDADES DO OBJETO LICITADO, NA PERTINÊNCIA TÉCNICA PARA A RESTRIÇÃO E NA RAZOABILIDADE, DE MODO A ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO E AOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA ECONOMICIDADE.”

TCE/MG PROCESSO Nº 1167033

“EXAME DE COGNIÇÃO EXAURIENTE. LEI ESTADUAL Nº 3.007/98, QUE DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E QUEIMA DE RESÍDUOS TÓXICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PRINCÍPIO DA CORRESPONSABILIDADE. DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. LICENÇA DE OPERAÇÃO. PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE E DA ISONOMIA.”

TCE/RJ PROCESSO Nº 225005-7/2023

7.5. A empresa vencedora deverá fazer a retirada dos materiais no local indicado em até 24 horas, obedecendo todos as normas pertinentes ao seu funcionamento.

7.6. Elaboração, na área operacional da unidade de transbordo localizada no município de Saquarema, dos controles mínimos necessários ao acompanhamento e à fiscalização das atividades, abrangendo, no mínimo, as questões relativas à operação, movimentação e controle dos resíduos.

7.7. O controle da entrada e saída dos veículos transportadores dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos, bem como dos respectivos quantitativos movimentados, deverá ser realizado na unidade de transbordo, por meio de balança instalada no local, devidamente aferida, procedendo-se ao registro, para cada veículo, das seguintes informações:

a) Origem e placa do veículo;

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

- b) Data da ocorrência;
- c) Hora de entrada do caminhão;
- d) Local indicado para a descarga do material coletado (frente de serviço ativa);
- e) Hora da saída do caminhão indo em direção ao local de destinação final;
- f) Peso bruto do caminhão vazio, pesado antes da coleta do material por intermédio da balança;
- g) Peso bruto do caminhão carregado, pesado na mesma balança;
- h) Peso líquido da carga = peso do caminhão carregado menos peso do caminhão vazio;

7.7.1. Para fins de controle, medição e pagamento, a pesagem dos resíduos realizada por meio de balança instalada na unidade de transbordo, ocorrerá da seguinte forma:

7.7.1.2. A conversão do peso apurado (em toneladas) para volume (em metros cúbicos – m³) deverá ocorrer no momento da pesagem. A formulação a seguir deverá ser utilizada na conversão do rejeito recolhido de modo a transformar toneladas em metros cúbicos:

Considerando a Formula Geral da densidade de um material qualquer, temos:

$$d = m/m^3,$$

Onde:

d = Densidade específica do material considerado;

m = Massa do material considerado (unidade de peso) e;

m³ = Volume do material considerado.

Para o material aqui considerado, temos que o mesmo se divide em três grandes categorias a se considerar: Classe IIA, Classe IIB e Rejeitos Verdes. Neste sentido, como determinar uma densidade específica para as três classes?

Em estudo efetuada em manuais de rejeitos destes tipos, assim como em outros editais de licitações existentes pela internet, a equipe técnica da Secretaria de Transporte encontrou densidades aproximadas para as classes de rejeitos estudadas neste processo. São elas:

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

- a) Densidade Classe IIA: 0,70 t/m³;
- b) Densidade Classe IIB: 1,35 t/m³, e;
- c) Densidade Rejeito: 0,40 t/m³.

OBS: As densidades acima estão em toneladas por metro cúbico (t/m³)

Ao efetuarmos uma média aritmética desses valores, chegamos a uma densidade padrão a ser utilizada/considerada de: 0,81 t/m³, que será a densidade considerada para a conversão de nosso procedimento. Neste sentido a formula padrão de conversão de tonelada para metro cúbico será:

$$d = m/m^3 \text{ (Eq.1);}$$

Determinando/isolando o parâmetro de volume (em m³), temos:

$$d = m/m^3 \text{ (Eq.1);}$$

$$m^3 = m/d \text{ (Eq.2)}$$

Onde:

$$d = 0,81;$$

$$m^3 = \text{Volume} = v;$$

$$m = \text{Tonelada} = t.$$

Substituindo os parâmetros acima na Eq.2, teremos:

$$v = t/0,81$$

7.7.1.3. Quantidade de rejeitos e resíduos: Ao final do dia deverá emitir relatório constando o total de rejeitos e resíduos recolhidos, que foram autorizados pela Prefeitura;

7.7.1.4. O caminhão que realizará o transporte dos rejeitos verdes e dos resíduos sólidos, deve ser resistente e adequado para o transporte dos materiais coletados.

7.7.1.5. É de extrema importância que os veículos estejam sinalizados e painéis de segurança. Eles possibilitam que a sociedade e os agentes fiscalizadores identifiquem imediatamente o que está sendo transportado e tomem ações corretivas eficientes em caso emergências e/ou acidentes.

7.7.1.6. Os rejeitos verdes e os resíduos sólidos serão recolhidos em caminhões adequados para esse tipo de transporte e conduzido ao local de descarte, onde receberá o tratamento técnico adequado. Os produtos obtidos por esse tratamento, bem como os rejeitos e os resíduos produzidos ficarão sob a responsabilidade da Contratada.

7.7.1.7. A responsabilidade civil, administrativa e penal por danos à saúde, à segurança pública e ao meio ambiente, resultante de qualquer tipo de acidente ocorrido em virtude da realização dos serviços

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, bem como da sua manutenção, será atribuível exclusivamente à Contratada, que ficará obrigada ao pagamento de todos os prejuízos havidos pelo Município, bem como de quaisquer indenizações, multas, obrigações de fazer ou não fazer, que venham a ser pleiteadas ou impostas em virtude de eventual acidente que venha a ocorrer.

7.7.1.8. A Contratada deverá manter o seu pessoal, devidamente uniformizado, identificado por crachá e provido dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, dentre outros eventualmente necessários, que deverão ser imediatamente substituídos, quando verificada alguma irregularidade e adotar forma de retirada e dos rejeitos verdes sem risco de contaminação

8. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

8.1 Contratações Correlatas ou Interdependentes:

8.1.1. Não haverá nenhuma contratação interdependente, uma vez que, todos os materiais e serviços necessários para a implementação do objeto em questão, serão fornecidos pela empresa a ser Contratada, contemplando satisfação total ao Contrato a ser firmado.

8.1.2. Quanto às contratações correlatas, os serviços relativos aos dos Materiais Orgânicos Alimentícios já são abrangidos e executados no âmbito do Contrato nº 227/2023, resultante da Concorrência Pública nº 015/2023, conforme Processo Administrativo nº 17.142/2021.

8.2 Vigência da Contratação:

8.2.1. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, a contar da Ordem de Início a ser emitida pela Contratante, prorrogável na forma dos artigos 106 c/c 107 da Lei Federal nº 14.133/21, por se tratar de serviço contínuo.

8.3. Reajuste:

8.3.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da apresentação da data-base vinculada à data do orçamento estimado, poderá a Empresa Contratada fazer justo ao reajuste do valor contratual, aplicando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

8.4. Subcontratação:

8.4.1. De acordo com o estabelecido no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, na execução do Contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a Empresa Contratada poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite máximo autorizado pela Administração Pública Contratante, competindo àquela (Contratada) apresentar documentação que

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

comprove a capacidade técnica do subcontratado. Desta forma, será admitida a subcontratação até o limite máximo de até o limite máximo de 30% do objeto.

8.5. Sustentabilidade e Impactos Ambientais:

8.5.1. A Contratada deverá adotar, práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislação em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental.

8.5.2. Atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/2010, que exige a adoção de práticas que priorizem a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

8.5.3. Os procedimentos adotados devem estar alinhados às exigências técnicas da ABNT NBR 10.004/2004, que classifica resíduos sólidos, da NBR 13.221/2019, que trata do transporte terrestre de resíduos.

8.5.4. A Contratada deverá utilizar soluções otimizadas de logística e tecnologia ambiental, reduzindo impactos negativos como emissões de gases, consumo de combustível e tráfego excessivo de veículos, atendendo aos princípios do desenvolvimento sustentável previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que determina que as contratações públicas devem observar critérios de sustentabilidade ambiental.

8.5.5. Adicionalmente, o monitoramento contínuo da destinação final, em uma cadeia operacional sem fragmentação, assegura rastreabilidade plena, permitindo o cumprimento das obrigações de controle ambiental previstas em legislações como a Resolução CONAMA nº 358/2005, a Resolução CONAMA nº 404/2008, e demais normas que disciplinam tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos.

8.5.6. A destinação final ocorrerá em locais licenciados e habilitados para receber esses resíduos, conforme as diretrizes ambientais, garantindo a sustentabilidade do processo. A empresa Contratada será responsável pela emissão e apresentação de toda documentação comprobatória, garantindo a rastreabilidade e transparência da operação.

8.5.7. Durante todo o processo de coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos de Classes IIA e IIB, a Contratada deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de segurança (EPI's) que se fizerem necessários, para a execução dos serviços de modo que os funcionários tenham plenas condições de executar suas funções com o máximo de proteção, prevenindo contra possíveis acidentes durante o manuseio dos resíduos.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

8.6. Condições de Garantia do Objeto:

8.6.1. A Empresa Contratada deverá garantir que todos os serviços sejam executados com maestria ao longo dos 12 (doze) meses de contrato assinado. Durante esse período, a Contratada deverá refazer ou corrigir qualquer inconsistência nos serviços que apresentarem inadequações em sua execução.

8.6.2. O atendimento as nossas exigências não poderão exceder ao prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação. Sendo assim, sempre que a fiscalização identificar que um determinado serviço foi executado de maneira incorreta, a Empresa Contratada deverá obrigatoriamente: reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições na composição padrão, resultantes da má execução.

8.6.3. As condições de garantia do objeto pretendido por este Termo de Referência – TR, deve observar, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidos).

8.6.4. A Administração Pública de Saquarema/RJ exigirá da empresa vencedora, de modo a garantir que esta cumprirá as condições, prazos e custos referentes ao objeto em questão, anterior a assinatura do contrato, uma garantia contratual a qual poderá ser prestada através das modalidades previstas no art. 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Utilizando o artigo mencionado anteriormente, a Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., exigirá, o **percentual de 5% do valor apresentado pela Empresa vencedora.**

8.7. Guarda, Armazenamento e Responsabilidade pelos Bens Empregados na Execução dos Serviços.

8.7.1. A Contratada será inteiramente responsável pela guarda, armazenamento, controle, manutenção e integridade de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas, veículos, caminhões, contêineres e demais bens necessários à execução dos serviços de coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos Classes IIA e IIB no âmbito do Município de Saquarema.

8.7.2. Todos os recursos materiais e operacionais empregados na execução contratual deverão permanecer sob a exclusiva custódia da Contratada, que deverá assegurar sua adequada conservação, funcionamento e segurança, não recaindo sobre o Município de Saquarema qualquer responsabilidade por danos, extravios, furtos, deterioração, manutenção ou quaisquer outros eventos relacionados a esses bens.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

8.7.2. Fica expressamente estabelecido que não caberá ao Município disponibilizar estrutura de armazenamento, estacionamento, oficina, guarda ou manutenção para qualquer equipamento ou veículo utilizado. A Contratada deverá garantir logística própria e infraestrutura suficiente para o adequado acondicionamento e guarda de todos os bens empregados na prestação dos serviços, inclusive fora do horário de operação.

8.8. Horário para o Fornecimento do Objeto.

8.8.1. O horário de funcionamento para a entrega do objeto em questão será de: Segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h as 16:00h.

9. DO MODO/DO HORÁRIO/DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1. A execução dos serviços em tela deverá ser realizada no município de Saquarema/RJ, ao longo do período de 12 (doze) meses, do contrato assinado com a empresa vencedora, a partir da emissão da sua ordem de início emitida pela Secretaria Requisitante.

9.2. Deverá ser realizada a coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB, em local licenciado para este fim por órgão ambiental competente, correndo por conta da Contratada os tributos e outras despesas para perfeito cumprimento dos serviços e de exigências previstas na legislação profissional específica, de acordo com o volume mensal estimado neste termo, obedecendo todas as normas ambientais e legislações pertinentes.

9.3. A empresa vencedora deverá apresentar na assinatura do contrato a licença para o transporte dos rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos, identificação do local para o descarte licenciado para este fim por órgão ambiental competente, e ainda, apresentar o contrato de locação da área reservada ambientalmente apropriada.

9.4. A empresa vencedora deverá fazer a retirada dos materiais no local indicado em até 24 horas, obedecendo todos as normas pertinentes ao seu funcionamento.

9.5. Em caso de não observância do prazo para a execução dos serviços, falta de insumos para a execução, casos fortuitos ou de força maior, a Empresa Contratada deverá providenciar alternativas de execução nas mesmas condições acordadas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da formalização de descontinuidade dos itens adjudicados a empresa Contratada, sob pena de sofrer as sanções previstas neste Termo de Referência – TR, no Contrato assinado e nas legislações pertinentes ao objeto.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

9.6. Os rejeitos verdes e os resíduos sólidos serão recolhidos em caminhões adequados para esse tipo de transporte e conduzido ao local de descarte, onde receberá o tratamento técnico adequado. Os produtos obtidos por esse tratamento, bem como os rejeitos e os resíduos produzidos ficarão sob a responsabilidade da Contratada.

9.7. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Contratante, observando as condições estabelecidas para a prestação e na impossibilidade de serem refeitos, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.8. Por ocasião da prestação dos serviços, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da Matrícula do servidor responsável pelo recebimento e qualquer eventual alteração no prazo previsto para a execução dos serviços deverá ser previamente comunicada ao Município.

9.9. A ocorrência, ainda que eventual, de fatos que possam ensejar riscos ao tráfego viário, bem como a terceiros, determinará a revisão conjunta da programação de transporte, observando a identificação das causas e riscos e as medidas necessárias para eliminá-las. No presente caso, o Município deverá acordar com a Contratada a necessidade de revisão da sua programação.

9.10. A Contratada será responsável, por qualquer erro ou serviços executados em desacordo com o contratado, correndo por sua conta a recuperação e recomposição dos mesmos e consequente pagamento dos danos e prejuízos, que por si ou seus prepostos vierem a causar ao Município e a terceiros.

10. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO.

10.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido a partir da análise histórica das demandas registradas nos últimos exercícios, considerando os volumes de rejeitos verdes urbanos e de resíduos sólidos classificados como Classes IIA e IIB efetivamente gerados no Município, bem como a sazonalidade, o crescimento da demanda e as necessidades operacionais da limpeza urbana.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviços de coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB do Município de Saquarema.	m ³	110.000,00

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

11. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO.

11.1. A contratação de forma não parcelada, abrangendo de maneira integrada todas as etapas do serviço — coleta, transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos Classe IIA — mostra-se tecnicamente necessária para garantir eficiência operacional, controle adequado e rastreabilidade completa de todo o ciclo de manejo dos resíduos. A execução fragmentada dessas atividades, com a contratação isolada de etapas distintas, geraria riscos operacionais e administrativos relevantes, pois não haveria um responsável único pelo ciclo completo, dificultando a fiscalização, o acompanhamento técnico e o controle da destinação final ambientalmente adequada. Além disso, a divisão contratual poderia ocasionar incompatibilidades técnicas entre diferentes prestadores, falhas de comunicação, perda de eficiência logística e aumento de custos indiretos relacionados à necessidade de coordenar múltiplas empresas.

11.2. Ao concentrar todas as etapas em uma única empresa especializada e devidamente licenciada, o Município assegura maior coerência operacional, planejamento logístico integrado e padronização dos procedimentos adotados. Essa estrutura unificada permite otimizar rotas, reduzir falhas decorrentes de repasses de responsabilidade, garantir a emissão de relatórios ambientais consistentes e manter um fluxo contínuo de documentação que demonstre a rastreabilidade e a destinação adequada dos resíduos.

11.3. Ademais, a responsabilização passa a ser objetiva e direta, facilitando a aplicação de penalidades e o controle contratual, ao mesmo tempo em que mitiga riscos de acidentes, irregularidades ambientais ou interrupções no serviço essencial, assegurando eficiência, economicidade e segurança jurídica à Administração Pública.

12. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

12.1. O fornecedor será selecionado pela modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica e o critério de julgamento será **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.2. Requisitos de Habilitação:

12.2.1. Habilitação Jurídica:

12.2.1.1. No Caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

12.2.1.2. Em se Tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.2.1.3. No Caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.2.1.5. No Caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.2.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País;

12.2.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2.1.8. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

12.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.2.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.2.2.2. Prova de Regularidade Fiscal Perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.2.3. Prova de Regularidade Perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

12.2.2.4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

12.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.2.2.6. Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal ou Estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.2.7. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei;

12.2.2.9. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

12.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

12.2.3.1. Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

12.2.3.2. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

12.2.3.3. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

12.2.3.4. A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema;

12.2.3.5. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) Últimos Exercícios Sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.2.3.6. Serão considerados aceitos, como na forma da Lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades Regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S.A.):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade Criada no Exercício em Curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou

- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

IV. Sociedades Sujeitas ao Regime Estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

V. As Empresas Optantes ou Submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da Lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

VI. Comprovação da Boa Situação Financeira da empresa será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo, resultante da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo

ILG = -----

Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo

Ativo Total

ISG = -----

Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo

Ativo Circulante

ILC = -----

Passivo Circulante

Fórmulas

ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

ISG = AT / (PC + ELP)

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

ILC = AC / PC

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

12.2.3.7. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1,00 (um) em qualquer um dos índices referidos no item acima, deverá apresentar **Prova de possuir capital social mínimo ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

12.2.3.7. Fica dispensado da apresentação de Balanço Patrimonial o **Microempreendedor Individual – MEI**, nos termos do art. 1.179, §2º, da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil), que autoriza a adoção de contabilidade simplificada para os pequenos empresários, incluindo o MEI, não sendo exigível a apresentação das demonstrações contábeis formais para fins de habilitação.

12.2.4. Qualificação Técnica Operacional: A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica comprovando de aptidão operacional para execução de serviços similares, de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, conforme art. 67, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.4.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.2.4.2. Licença de Operação (LO), compatível com o objeto deste certame: coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos de Classes IIA e IIB, emitida pelo órgão competente de fiscalização ambiental (INEA).

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

12.2.4.3. Licenciamento ambiental emitido pelo órgão competente (INEA), em conformidade com a NOP INEA-26.

12.2.4.4. Comprovante de Inscrição no CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras), comprovando que a empresa esteja devidamente regularizada junto ao IBAMA em conformidade com a legislação ambiental brasileira.

12.2.4.5. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (da Pessoa Jurídica) da empresa no CRQ (Conselho Regional de Química), CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), conforme art. 67, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.4.6. Declaração, firmada pelo representante legal da licitante, atestando que a empresa dispõe — para a assinatura e execução do contrato — de máquinas, equipamentos e equipe técnica devidamente qualificada e em quantidade suficiente para a plena e regular execução do objeto contratado.

12.2.4.7. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida da licitante, para fins de qualificação técnico-operacional, como parcela de maior relevância técnica, a comprovação de operação de unidade de transbordo devidamente licenciada por órgão ambiental competente, incluindo o controle de entrada e saída dos resíduos por meio de balança rodoviária aferida, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do volume total estimado da presente contratação.

12.2.5. Qualificação Técnica Profissional: Apresentação de profissional(s) devidamente registrado(s) como responsável técnico da Licitante no CRQ (Conselho Regional de Química), CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRBio (Conselho Regional de Biologia), conforme art. 67, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.5.1. Acompanhando o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1450/2022-TCU-Plenário), a comprovação de vínculo que se refere à qualificação técnico-profissional, será exigida no momento da assinatura do contrato e pode se dar mediante:

1. cópia da carteira de trabalho (CTPS) do responsável técnico;
2. contrato social da licitante, do qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade;
3. contrato de prestação de serviço; ou
4. declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

12.2.6. Justificativa da Qualificação:

12.2.6.1. A definição dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica operacional e profissional, bem como das

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

exigências ambientais e de registro em conselhos profissionais, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o contratado possua plena capacidade para executar, de forma segura, contínua e tecnicamente adequada, o objeto deste certame — serviços de coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos Classes IIA e IIB do Município de Saquarema, atividade de alta relevância ambiental, sanitária e operacional.

12.2.6.2. A habilitação jurídica permite verificar a existência legal da empresa e a regular representação de seus responsáveis, evitando riscos contratuais e garantindo que a Contratada atue dentro da formalidade prevista na legislação societária.

12.2.6.3. A exigência de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária visa assegurar que a empresa esteja em conformidade com o ordenamento legal, prevenindo passivos que possam comprometer a continuidade da prestação dos serviços, conforme autorizam os arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.6.4. A qualificação econômico-financeira, por sua vez, justifica-se pela essencialidade do objeto e pela necessidade de que a empresa Contratada disponha de capacidade financeira para manter a execução contratual, inclusive diante de eventuais oscilações de custos ou necessidades operacionais adicionais, em consonância com o art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.6.5. A qualificação técnica operacional e profissional, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica e da indicação de responsável técnico habilitado perante CREA, CRQ ou CRBio, é indispensável diante da complexidade do objeto, que envolve: manejo de resíduos sólidos; logística especializada; atendimento à legislação ambiental; operação em conformidade com normas técnicas; e responsabilidade direta sobre impactos ambientais. Tais exigências encontram amparo no art. 67, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.6.6. A parcela de maior relevância se justifica por tratar-se da etapa do serviço que concentra maior complexidade técnica e operacional, exigência de licenciamento ambiental específico e riscos ambientais relevantes, sendo elemento central para a rastreabilidade, a medição, o controle quantitativo e a fiscalização dos resíduos gerenciados no âmbito do contrato.

12.2.6.7. A operação de unidade de transbordo licenciada, associada ao controle por balança, constitui atividade essencial para assegurar:

- I. a regularidade ambiental da execução contratual;
- II. a fidedignidade dos dados de pesagem e conversão de quantitativos;
- III. a correta aferição para fins de pagamento;
- IV. e a mitigação de riscos de destinação irregular, subnotificação de volumes e geração de passivos ambientais ao Município.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

12.2.6.8. A exigência de comprovação de experiência em quantitativo mínimo de 50% do objeto observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e competitividade, sendo compatível com o vulto e a complexidade da contratação, bem como alinhada ao entendimento dos Tribunais de Contas, que admitem a definição de parcela de maior relevância desde que devidamente motivada e diretamente vinculada ao objeto licitado.

12.2.6.9. A exigência de apresentação do Comprovante de Inscrição no CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras) decorre da necessidade de assegurar que a empresa Contratada esteja regularmente habilitada junto ao IBAMA, em conformidade com a legislação ambiental brasileira. As atividades de coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbanos e de resíduos sólidos das Classes IIA e IIB são classificadas como potencialmente poluidoras, razão pela qual sua execução exige o devido cadastramento no CTF/APP, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013 e da Lei Federal nº 10.165/2000.

12.2.6.10. A apresentação de Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo INEA é imprescindível, considerando que a destinação final de resíduos sólidos demanda autorização expressa e específica do órgão ambiental competente, em observância à Resolução CONEMA nº 32/2020 e às normas ambientais aplicáveis.

12.2.6.11. Por fim, as declarações relativas à disponibilidade de máquinas, equipamentos e equipe técnica asseguram que a empresa possui estrutura mínima necessária para o imediato início da execução contratual, prevenindo riscos de paralisação ou inadequação do serviço, o que está alinhado ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa e da garantia da execução, conforme exige a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2.6.12. Assim, todos os requisitos de habilitação estabelecidos são proporcionais, pertinentes e necessários à plena execução do objeto, resguardando o interesse público, a segurança jurídica e a continuidade dos serviços essenciais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Saquarema.

13. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO.

13.1. Considerando que, no presente órgão, se utiliza um Departamento de Compras centralizado responsável pela cotação, o valor final estimado para a prestação do referido objeto descrito neste Estudo será estipulado posteriormente, conforme descrito no Decreto Municipal nº 2.741/2024, que dispõe sobre a tramitação dos processos para realização de procedimento licitatório destinado a contratação bens, serviços e obras, vejamos:

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

“Art. 6º A unidade requisitante, após análise da Controladoria Geral do Município, encaminhará o processo à Secretaria Municipal de Gestão, Inovação e Tecnologia com vistas ao Departamento de Compras, para elaboração de pesquisa de mercado.”

13.2. Desta forma, após a análise do Órgão de Controle Interno, o presente procedimento administrativo será remetido ao Departamento de Compras do município para eventual balizamento dos preços, que passará a constar nos autos processuais.

13.3. Sendo assim, após o procedimento em questão ter passado pelo Departamento de Compras do município, obtivemos o seguinte levantamento de preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO	U.M.	QUANT.	VALOR DO M³ DO SERVIÇO	VALOR TOTAL (12 MESES DE CONTRATO)
I	Serviços de coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB do Município de Saquarema.	M³	110.000	R\$ 67,00	R\$ 7.370.000,00
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO:					R\$ 7.370.000,00

13.4. Neste sentido, o valor total para a inicial dos procedimentos licitatórios após o processo ter passado pelo Departamento de Compras e Suprimentos, será de: R\$ 7.370.000,00 (sete milhões e trezentos e setenta mil reais), vide mapa do referido a fl. 123.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

A despesa com o objeto presente será assegurada por conta de recursos pertinentes à Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., segundo informações orçamentárias seguir:

Programa: 15.452.0033.2.276.000 (Serviços de Limpeza e Manutenção Urbana).

Natureza: 3.3.90.39.64.00 (SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO URBANA).

Ficha: 1293.

Fonte de Recurso: 1704 (Transferência da União Referentes a Com).

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

Declara-se, por oportuno, que a despesa com a efetivação do objeto em tela, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

15. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO.

15.1. Com a presente contratação, o Município de Saquarema pretende assegurar a execução contínua, segura e ambientalmente adequada dos serviços de coleta, transbordo e destinação final dos rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos das Classes IIA e IIB, de modo a garantir a eficiência da gestão municipal de resíduos e atender às exigências legais, operacionais e ambientais aplicáveis. Espera-se, como resultado primordial, a melhoria significativa da limpeza urbana e do manejo dos resíduos provenientes das atividades de manutenção de áreas públicas, podas, capinas e demais serviços correlatos, evitando acúmulos irregulares, proliferação de vetores, contaminações e impactos negativos à paisagem urbana.

15.2. A contratação também visa assegurar que todo o fluxo operacional — desde a coleta e o transporte até o transbordo e a destinação final — ocorra com regularidade, rastreabilidade e conformidade com as normas ambientais, garantindo que os resíduos sejam encaminhados exclusivamente para instalações licenciadas pelos órgãos competentes, evitando riscos ambientais e responsabilizações ao Município. Espera-se, ainda, a redução de passivos ambientais e o atendimento às determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010) no que se refere à destinação final ambientalmente adequada e ao manejo responsável dos resíduos não perigosos.

15.3. Outro resultado pretendido é a otimização dos recursos municipais, por meio de soluções logísticas mais eficientes, que permitam o aproveitamento racional de equipes, máquinas e rotas, reduzindo custos operacionais indiretos e minimizando o tempo de resposta às demandas das secretarias municipais. A melhoria do planejamento e da previsibilidade também são resultados esperados, uma vez que a regularidade dos serviços permite ao Município organizar-se de forma mais eficiente em relação às suas ações de manutenção urbana.

15.4. Além disso, busca-se alcançar maior economicidade, entendida como a obtenção do melhor resultado possível com o menor dispêndio de recursos públicos, conforme os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação unificada possibilita ganhos econômicos relevantes decorrentes da eliminação de sobreposições contratuais, da redução de custos administrativos, da diminuição de retrabalhos e da mitigação de despesas indiretas. A centralização das etapas em um único operador especializado evita gastos adicionais com coordenação entre múltiplas empresas, previne atrasos operacionais e assegura um fluxo mais eficiente de gestão e fiscalização, resultando em melhor relação custo-benefício para o Município.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

15.5. A contratação contribuirá diretamente para a valorização ambiental, a redução de degradações e a proteção do solo, da água e do ar, evitando o descarte e o armazenamento inadequado desses resíduos. Busca-se, ainda, fortalecer o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e da sustentabilidade nas contratações públicas, garantindo que o serviço prestado esteja alinhado às normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

15.6. Por fim, pretende-se ampliar a qualidade de vida dos munícipes, promovendo um ambiente urbano mais limpo, organizado e seguro, ao mesmo tempo em que se garante a conformidade com as obrigações legais impostas ao ente público. A contratação, portanto, representa uma medida essencial para o adequado funcionamento das políticas municipais de limpeza urbana e gestão de resíduos, além de prevenir litígios, autuações ambientais e responsabilidades decorrentes de falhas na destinação final dos materiais.

16. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À ASSINATURA DO CONTRATO.

16.1. Antes da assinatura do contrato, deverão ser adotadas pela Administração todas as providências necessárias à adequada formalização e futura execução contratual, assegurando o cumprimento das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência. Inicialmente, a Contratante deverá indicar formalmente os servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, conforme determina os arts. 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/21, fornecendo à Empresa Contratada os dados completos dos fiscais designados, inclusive contatos institucionais, atribuições e demais informações pertinentes para o exercício da fiscalização técnica, administrativa e operacional.

16.2. A Administração também deverá garantir, previamente à assinatura, que todos os servidores designados como fiscais estejam devidamente capacitados e cientes das responsabilidades inerentes ao acompanhamento da execução contratual, assegurando a observância dos procedimentos de registro, comunicação, verificação documental, conferência das atividades e elaboração dos relatórios de fiscalização. Caberá ainda à Contratante adotar as providências internas necessárias para disponibilizar à futura Contratada todas as condições materiais, operacionais e logísticas essenciais ao pleno cumprimento das obrigações previstas, incluindo informações sobre a rotina de trabalho, pontos de apoio, áreas de coleta, fluxos administrativos, normas internas e demais documentos indispensáveis ao início das atividades.

16.3. Deverá ser formalizada, também, a indicação dos Fiscais do Contrato com vistas a conferir, no que for necessário, as condições previstas neste Termo de Referência, garantindo que a execução ocorra em conformidade com os parâmetros técnicos, ambientais e legais estabelecidos. Além disso, as unidades administrativas envolvidas deverão assegurar que todos os documentos obrigatórios, como ato autorizativo da contratação, comprovantes de dotação orçamentária, publicação do extrato e demais registros no sistema oficial, estejam regularizados antes da formalização contratual.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

16.4. Por fim, a Administração deverá comunicar à Contratada qualquer informação prévia essencial para o planejamento operacional, bem como estabelecer o canal oficial de comunicações, garantindo que a execução possa iniciar-se de forma organizada, transparente e plenamente alinhada às diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (PREFEITURA).

17.1. Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência – TR e no futuro Contrato a ser firmado com a Empresa vencedora do certame.

17.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência – TR e da proposta, para fins de aceitação do objeto entregue.

17.3. Comunicar à Empresa Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades de execução dos serviços, verificadas no objeto fornecido, para que sejam corrigidas.

17.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa Contratada, através de comissão/servidores especialmente designados para o objeto em questão.

17.5. Efetuar o pagamento à Empresa Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência – TR.

17.6. Fornecer à Empresa Contratada os dados dos servidores autorizados a acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

17.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de atos da Empresa Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empresa Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de suas propostas.

17.9. Verificar se o objeto está de acordo com as especificações constantes Termo de Referência.

17.10. Empenhar, para cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento.

17.11. Efetuar a inspeção padrão do objeto entregue, com vistas à verificação de sua adequação às condições e especificações pactuadas neste Termo de Referência – TR.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

17.12. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue, quando em desacordo com as obrigações assumidas pela Empresa Contratada.

17.13. Comunicar prontamente a Empresa Contratada, qualquer anormalidade detectada no objeto do Contrato, podendo recusar o seu recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência – TR.

17.14. Notificar previamente a Empresa Contratada, quando da aplicação de penalidades.

17.15. Reservar à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência – TR e todo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ ou modificações das obrigações assumidas.

17.16. A Contratante se obriga a proporcionar à Empresa Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, consoante com estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/21.

17.17. Indicar os Fiscais do Contrato com fins de conferir no que for necessário às condições previstas neste Termo de Referência – TR.

17.18. Exercer a fiscalização do objeto em questão, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas na entrega e/ou na aplicação do objeto e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, conforme prevê o art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

17.19. Verificar e atestar, o recebimento da Nota Fiscal.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (EMPRESA).

18.1. A Empresa Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, na sua proposta e no futuro Contrato, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. A não observância das exigências retro, ensejará na aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência – TR, no futuro Contrato e nas Leis vigentes cabíveis.

18.2. Ocorrerão por conta exclusiva da Empresa a ser Contratada, todos os custos e despesas com transporte, bem como os decorrentes da contratação, para a coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbanos e dos resíduos sólidos.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

18.3. Observar para que o transporte seja ele de que tipo for, obedeça às normas adequadas relativas às: embalagens, volumes, dentre outros.

18.4 Atender os requisitos das legislações vigentes para a coleta, transbordo e destinação final de rejeitos verdes urbano e dos resíduos sólidos.

18.5 Os veículos da Contratada que prestará os serviços de transportes deverão estar com sua documentação devidamente regularizada durante toda a vigência do Contrato.

18.6 Responder civil e criminalmente pelos danos ou prejuízos causados por seus funcionários, prepostos e subcontratados a terceiros e à Administração Pública Municipal.

18.7. A Empresa Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, considerando o período de 24 (vinte e quatro) horas, o serviço em que for verificado qualquer vício, defeito ou incorreção resultante de sua má execução ou de material empregado, conforme previsto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.8. A Empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas neste Termo de Referência, na sua proposta e no futuro Contrato a ser assumido com a Administração Pública de Saquarema/RJ.

18.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de atendimento à solicitação, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação.

18.10. Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas e justificadas à Contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a sua ocorrência.

18.11. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

18.12. Atender a todas as solicitações e quaisquer pedido de esclarecimento ou informações por parte da Contratante e/ou da Fiscalização em até 24 (vinte e quatro) horas após o pedido formal da Contratante.

18.13. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ ou a terceiros, provenientes da má execução do objeto contratado, respondendo por si e por seus sucessores, não repassando essa responsabilidade a Fiscalização ou acompanhamento do Poder Público Contratante.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

18.14. Fornecer o objeto em tela rigorosamente no prazo pactuado, mediante a emissão da Ordem de Início de Contrato e demais obrigações previstas pelo presente Termo de Referência – TR, Contrato e pela legislação aplicável.

18.15. Promover por sua conta, a cobertura através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste objeto.

18.16. Cientificar, imediatamente, à Fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

18.17. Corrigir, prontamente, quaisquer problemas encontrados na execução do objeto contratado, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P.

18.19. Não transferir a terceiros, nem mesmo de forma parcial, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada a executar, exceto nas condições autorizadas pela Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P.

18.20. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica ao objeto em referência, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública Contratante.

18.21. A contratação em questão não poderá gerar vínculo empregatício entre os funcionários da Empresa Contratada e da Administração Pública Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

18.22. A Empresa Contratada deverá cumprir no que couber ao objeto contratado, os requisitos impostos pelo Art. 5 da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

18.23. A Empresa Contratada deverá cumprir no que couber ao objeto contratado, os requisitos impostos pelo Art. 6 da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010.

18.24. Caberá à Empresa Contratada caso seja solicitado, apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.

18.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos encontrados nos serviços executados, de acordo com os arts. 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27, todos pertencentes ao Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990) e art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

18.26. Não será permitir a utilização de qualquer trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18.27. Todos os serviços almejados neste procedimento, deverão ser entregues em perfeitas condições de execução, de acordo com as especificações dispostas neste Termo de Referência, caso contrário, os Fiscais irão se recusar a recebê-los.

18.28. Os serviços a serem alçados por este procedimento deverão estar em conformidade com as Normas vigentes de Agências de Regulação, bem como: ABNT, INMETRO, INEA.

18.29. A Empresa Contratada deverá seguir o Guia de Contratações Sustentáveis para o objeto em questão.

19. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL.

19.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os itens mencionados nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

19.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

19.4. O Contrato poderá ser extinto:

19.4.1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

19.4.2. Caso se constate que a pessoa jurídica Contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

20. DA RESCISÃO CONTRATUAL.

20.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas regulamentações:

- a) Por mútuo acordo entre as partes, mediante prévia negociação e formalização por escrito;
- b) Por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato decorrente da licitação, observados os procedimentos legais;
- c) Por inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão;
- d) Por interesse público, devidamente fundamentado pela Administração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

20.2 Nos casos de rescisão contratual, serão observados os direitos e obrigações das partes estabelecidos na legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais pertinentes.

20.3. Em caso de rescisão por descumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, este estará sujeito às sanções previstas na legislação, conforme estabelecido na cláusula correspondente deste Termo de Referência.

21. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO.

21.1. O pagamento pelo fornecimento do objeto, será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, mediante a apresentação de nota(s) fiscal(s)/fatura(s), emitida em nome da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ, devidamente atestada pelos fiscais, acompanhado de Relatório de Fiscalização, Mapa de Execução Contratual e Boletim de Medição.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

21.2. O prazo para efetuarmos o pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de recebimento dos documentos necessários ao pagamento citados no subitem acima. Caso a Empresa Contratada deixe de entregar quaisquer dos documentos ou entregá-los de forma errônea, o prazo de pagamento será reiniciado a partir do atendimento dessas exigências.

21.3. A Empresa Contratada deverá encaminhar à Contratante a nota fiscal/fatura que deverá corresponder aos itens efetivamente discriminados no Termo de Referência – TR, emitida conforme exigências legais e contratuais, para fins de análise e aprovação.

21.4. As notas fiscais/faturas deverão, obrigatoriamente, serem acompanhadas das seguintes certidões:

21.4.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022. Esta certidão, comprova se a futura Empresa a ser Contratada possui em sua estrutura a atividade econômica necessária (CNAE – Classificação Nacional das Atividades Econômicas), para comercializar os produtos ou serviços em referência.

21.4.2. Certidão de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos Federais e à Dívida Ativa da União – DAU – Port. 358, de 05.09.2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

21.4.2.1. Autenticação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

21.4.2.2. Quando possível, será aceita a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

21.4.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – Fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei Federal nº 8.036/90).

21.4.4. Certificado de Regularidade de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, perante a Justiça do Trabalho em cumprimento a Lei Federal nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

21.4.5. Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – Nos termos do art. 46 da Lei Federal nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU) e de acordo com o previsto pelo art. 91, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

21.4.6. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP – Nos Termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e de acordo com o previsto pelo art. 91, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21.

21.5. Os documentos discriminados nos subitens 21.4.1, 21.4.2, 21.4.2.1, 21.4.2.2, 21.4.3, 21.4.4, 21.4.5 e 21.4.6, devem estar com validade vigente, caso contrário, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo à Secretaria de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento.

21.6. Decorridos 30 (trinta) dias contados da data em que o(s) pagamento(s) estiver(em) retido(s), sem que a Empresa Contratada apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Secretaria Municipal de Transporte e serviços Públicos – S.M.T.S.P.

21.7. A(s) nota(s) fiscal(s) e a documentação(s) necessária para efetuar o(s) pagamento(s) referente(s) ao(s) serviço(s) prestado(s), serão enviados a Controladoria Geral do Município – CGM, já devidamente atestados e conferidos pelos fiscais de contrato, que analisará a(s) nota(s) Fiscal(s) e documentação exigida para o pagamento e em seguida enviada ao Ordenador de Despesas para efetuar a liquidação do pagamento, à vista das notas fiscais apresentadas quando da entrega do objeto, além da elaboração de Termo Circunstanciado podendo ser provisório e definitivo quando necessário, descrevendo as condições em que o objeto foi entregue, até o trigésimo dia subsequente ao recebimento definitivo do mesmo.

21.8. Em caso de irregularidades na documentação fiscal, o prazo de pagamento deverá ser contado a partir da correspondente regularização. Verificada a não conformidade dos serviços executados, o prestador deverá promover às correções necessárias no prazo 48 (quarenta e oito) horas.

21.9. Ocorrendo atraso na entrega do objeto, a Empresa Contratada deverá ainda anexar à respectiva nota fiscal, justificativa pela ocorrência do atraso verificado e documentação comprobatória dos motivos alegados.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

21.10. A(s) nota(s) fiscal/fatura será devolvida à Empresa Contratada quando contiver incorreções, rasuras ou for imprecisa, para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização, hipótese em que haverá interrupção do prazo previsto para pagamento do objeto, reiniciando-se a contagem a partir da reapresentação do documento, na forma exigida no Instrumento Contratual.

21.11. Os prazos estabelecidos à Contratante para pagamento ocorrerão a partir da data de apresentação da nota(s) fiscal(s)/fatura(s) emitida em nome da Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ, devidamente atestada(s) pelos Fiscais de Contrato, acompanhada(s) por documentação padrão (Relatório de Fiscalização, Mapa de Execução Contratual e Boletim de Medição) e mais as certidões listados nos subitens: 21.4.1, 21.4.2, 21.4.2.1, 21.4.2.2, 21.4.3, 21.4.4, 21.4.5 e 21.4.6, que comprovam que a Empresa Contratada encontram-se aptas a fornecer os serviços contemplados.

21.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pela Contratante, em hipótese alguma servirá de fundamento para que a Empresa Contratada suspenda a entrega de novos serviços.

21.13. Deverão estar inclusos no valor global da nota fiscal, os encargos sociais, impostos, taxas, combustível e demais despesas com pessoal e ainda, todas as despesas específicas e necessárias à execução do objeto almejado.

22. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

22.1. O Gestor e os Fiscais do Contrato serão designados pelo Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., para os fins do disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/21. No entanto, tal ato não exclui e nem reduz a responsabilidade da Empresa Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade do Poder Público contratante ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

22.2. Ficará a cargo dos Fiscais de Contrato, observar as condições, prazos e o gerenciamento das execuções dos serviços contratados, dentre outras atribuições inerentes à função de fiscalização. Também deverão atestar oportunamente se os serviços executados se encontram de acordo com as quantidades e especificações solicitadas neste Termo de Referência.

22.3. Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Processo Administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto em tela, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ ou modificação da contratação.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

22.4. As decisões que ultrapassarem a competência dos Fiscais de Contrato da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., deverão ser solicitadas formalmente pela Empresa Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior aos Fiscais de Contrato, através dele e em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

22.5. A Empresa Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao fiel cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato a ser firmado.

22.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Empresa Contratada, no que concerne ao objeto contratual, às implicações próximas e remotas perante a Prefeitura Municipal de Saquarema/RJ ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do objeto contratado não implicará corresponsabilidade desta Prefeitura ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Empresa Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Poder Público Contratante, dos prejuízos apurados e imputados a falhas na execução do objeto em tela.

22.7. Os Fiscais designados, acompanharão a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública. De acordo com o Decreto Municipal 2.722 de 10 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 8º, § 3º da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, temos que, o art. 18 do referido Decreto efetua as definições de Gestor e de Fiscais de Contrato para processos instruídos na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021) as quais seguem:

22.7.1. Gestão de Contrato: A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos Contratos, entre outros;

22.7.2. Fiscalização Técnica: O acompanhamento do Contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no Edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

22.7.3. Fiscalização Administrativa: O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do Contrato

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

22.7.4. Fiscalização Setorial: O acompanhamento da execução do Contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade. Não se aplica a este procedimento.

22.8. Os Fiscais do Contrato anotarão no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou das falhas observadas.

22.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, os Fiscais do Contrato emitirão notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para as referidas correções.

22.10. Os Fiscais do Contrato informarão ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

22.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.12. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, a Contratante convocará o representante da Empresa Contratada para reunião inicial, a fim de apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Empresa Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017).

23. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS.

23.1. A Empresa Contratada que durante todo os procedimentos executados: não celebrar o Contrato, deixar de entregar e/ou apresentar documentação falsa, exigida neste Termo de Referência – TR, ensejar o retardamento da execução de entrega do objeto, não mantiver a proposta ou cometer fraude, ficará impedida temporariamente de licitar e contratar com o Município de Saquarema/RJ.

23.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Empresa Contratada, sem justificativa, poderá sofrer as seguintes sanções:

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

23.2.1. O não cumprimento do Contrato firmado entre o Poder Público e a Empresa Contratada de forma total ou parcial, com entrega de serviços não condizentes com o discriminado neste Termo de Referência – TR, a mora na entrega ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Empresa Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, garantia de defesa prévia. Sujeitará a Empresa Contratada às sanções dispostas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/21 as quais seguem:

23.2.1.1. Advertência, como previsto no, art. 156, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2.1.2. Multa Administrativo, como previsto no, art. 156, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, guardada as seguintes proporções:

23.2.1.2.1. De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, por ocorrência, em casos de execução de serviços em desacordo com o especificado no Termo de Referência – TR.

23.2.1.2.2. De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia, em casos de suspensão ou interrupção dos serviços, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que autorizados pela Contratante.

23.2.1.2.3. De 1,0% (um vírgula zero por cento) sobre o valor do Contrato, por ocorrência, nos casos de:

23.2.1.2.3.1. Transferência total ou parcial do Contrato a terceiros sem prévia autorização da Secretaria de Transporte.

23.2.1.2.3.2. Subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Secretaria de Transporte.

23.2.1.2.3.3. Descumprimento de qualquer cláusula contratual que venha a acarretar danos materiais substanciais ao Poder Executivo Contratante e/ou a terceiros.

23.2.1.2.3.4. Pela inexecução parcial do objeto.

23.2.1.2.4. De 3,0% (três vírgula zero por cento), sobre o valor total do Contrato em casos inexecução total das obrigações assumidas.

23.2.1.2.5. Impedimento de licitar e contratar, com a Administração Pública de Saquarema em até 2 (dois) anos, como previsto no, art. 156, inciso III da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2.1.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, com a Administração Pública de Saquarema enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida e

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

reabilitada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Empresa Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, como previsto no, art. 156, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21.

23.2.2. A eventual aplicação de multas observará o contido no art. 156, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21 e os: Inciso XIV, art. 92, Inciso III, art.139, e art. 162 da Lei Federal nº 14.133/21.

23.3. A aplicação de sanções, nos termos legais, de qualquer penalidade por parte da Administração Pública realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Empresa Contratada.

23.4. A Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos – S.M.T.S.P., reserva-se no direito de não receber os serviços que não esteja em acordo com as especificações e condições constantes neste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o Contrato e aplicar o disposto no art. 90, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21.

24. DOS ANEXOS.

24.1. ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO ESTIMATIVA DO VOLUME DE REJEITOS VERDES PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO.

A Memória de Cálculo, trata-se de um documento fundamental na elaboração de processos de pagamento, cálculos detalhados para a determinação de dimensionamento, pesos, resistências, custos de materiais para a execução de um determinado projeto, execução de serviços, dentre outros.

24.2. ANEXO II – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

O ANEXO II nos mostra um modelo de documento para o recebimento provisório do serviço pretendido por este procedimento. Por intermédio deste documento, os Fiscais do Contrato estarão recebendo o serviço de forma provisória, de modo a avaliar se o mesmo se encontra adequado ao descritivo imposto por este Termo de Referência – TR.

24.3. ANEXO III – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

O ANEXO III nos mostra um modelo de documento para o recebimento definitivo do serviço pretendido por este procedimento. Após analisar que o serviço se encontra adequado ao descritivo imposto por este Termo de Referência – TR, os Fiscais o receberão de modo definitivo.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

25. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA – TR.

Elaborado por:

Marcelo de Carvalho Dantas

Assistente Administrativo – Matrícula 70.165-1

Saquarema, 03 de fevereiro de 2026.

Lindonor Ferreira Rezende da Rosa

Secretário Mun. de Transporte e Serviços Públicos
Port. 19/2025 – Matrícula: 9496860
Saquarema – RJ

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

**ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO ESTIMATIVA DO VOLUME DE
REJEITOS VERDES PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO.**

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

ANEXO II – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

PROCESSO Nº 24.788/2025

FLS. RUBRICA _____

ANEXO III – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.